

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIAS, Eliana¹ (ILEEL/UFU)

CORRÊA PINTO, Danilo² (PPGEL/ILEEL/UFU)

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa, e trata, mais especificamente, sobre a linguagem, a metodologia e a ideologia vigente no sistema educacional que, de uma forma ou de outra, influenciam o ensino de Língua Portuguesa na escola. Além dessas questões discutimos, mesmo que sucintamente, questões relativas à escola e ao livro didático como formadores de discursos ideológicos. O livro didático se apresenta no âmbito escolar como um instrumento de poder e de permanência da ideologia dominante, pois é a partir dele que muitos professores se baseiam para planejarem como ensinarão a língua. Acreditamos que o papel do professor deveria ser o de levar ao aluno a possibilidade de visualizar e criticar aquilo que é apresentado a ele de forma consistente e relevante para sua constituição como indivíduo social. A língua é, com certeza, a maior fonte de ideologias e a melhor forma de expressá-las, afinal, o discurso é a chave para que a ideologia se faça presente dentro de um contexto em que fatos históricos e sociais são relevantes para a instituição de ideologias nem *melhores* nem *piores*, mas dominantes. Diante do exposto, acreditamos que novas metodologias e concepções de linguagem deverão surgir no longo caminho do ensino de português, porém, o que se deve ter como ponto principal para que tal caminho seja aproveitado da melhor maneira possível, é uma reflexão sobre a formação dos futuros professores e como esses, diante da prática do dia a dia poderão aliar a teoria à prática, de maneira que o ensino de português não se restrinja somente à gramática normativa e, sim, a um leque de oportunidades de os alunos interagirem com a própria linguagem. Enfim, acreditamos que o ensino de português no Brasil, ainda que, de maneira utópica, poderá sim, ganhar novos e melhores horizontes, principalmente, se linguagem, formação de professores e metodologia andarem de mãos dadas, caminhando sempre em função da prática do cotidiano escolar.

Palavras-chave: ensino de Língua Portuguesa; metodologia, livro didático; discurso.

ABSTRACT

This article focuses on the teaching of Portuguese and deals more specifically with the language, methodology and ideology in the current educational system that, in one way or another, influences the teaching of Portuguese in the school. Besides those issues, we will discuss, even briefly, aspects of the methodology and also the school and the textbook as a guide for ideological discourses. The textbook is presented in schools as an instrument of power and permanence of the dominant ideology, since many teachers rely on it to plan how to teach the language. We believe that the teacher's role should be to give the student the opportunity to see and criticize what is presented to him in a consistent and relevant way to his constitution as a social individual. The language is certainly the largest source of ideologies and the best way to express them. After all, the speech is the key to the ideology being present within a context in which historical and social facts are relevant to the imposition of ideologies neither better nor worse, but dominant. Given what was said, we believe that new methodologies and concepts of language will emerge in the teaching of Portuguese. However, what must be focused when going down that path is a reflection on the training of teachers and how they will combine theory and practice, so that the teaching of Portuguese is not confined only to the grammar rules, but to a range of opportunities for students to interact with language itself. Finally, we believe that the teaching of Portuguese in Brazil, even though in a utopian way, can get new and better horizons, especially if language, teacher training and methodology walk side by side, always going towards of the practice of the day by day at school.

¹ Doutora em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Professora efetiva da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Contato: elianadias@uber.com.br

² Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Contato: dam_correa@yahoo.com.br

Keys-word: teaching of Portuguese, methodology, the textbook, discourse.

1. Introdução

No âmbito político, educacional e social, mais especificamente nas universidades e instituições de pesquisas, tem havido uma predominância de discussões sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil e a forma com que a língua é “apresentada” ao aluno nos ensinamentos fundamental e médio. O estudante quando chega à escola já está inserido em um contexto linguístico e, em se tratando do ensino de língua materna, este deve ser sempre pensado e repensado, visando a uma melhor significação e conhecimento para o contexto social do aluno.

Quando nos deparamos com questões que cercam o ensino de língua materna, logo nos é lembrado, a priori, mas não em termos gerais, a ineficácia e precariedade que se encontra o ensino de língua portuguesa no país, justamente porque a língua, que é vista como parte essencial de nossas interações e posições sociais, na escola, lugar que deveria sempre ser um espaço cultural de todos, é colocada e ensinada em um contexto que parece descontextualizar o próprio aluno.³

Mas por que isso ocorre? Esta pergunta, embora curta, é bastante complexa, pois para respondê-la, devemos tocar em assuntos, tais como: a metodologia de ensino, a formação e didática do professor, o currículo empregado pelas escolas e o sistema educacional, esse último que visa a manter uma ideologia vigente, professores imotivados, escolas precárias, entre outros aspectos que, de uma forma ou de outra, influenciam o ensino de Língua Portuguesa na escola. Além dessas questões, um fato que se apresenta como mediador de todas elas é, sem dúvida, a linguagem. Para tentarmos responder parte da pergunta acima, partiremos da afirmação de que linguagem é poder e traz poder e, conseqüentemente, outros mecanismos sociais, históricos, culturais, políticos são acionados quando pensamos que pela linguagem se instaura métodos de funcionamento políticos-sociais, sendo um destes, a nosso ver, o ensino de língua portuguesa para falantes nativos.

Portanto, didaticamente, optamos por dividir o texto em partes, mas não que os conteúdos que virão apresentar se deem de forma fragmentada; pelo contrário, eles são interconstituintes. Ao se falar de educação, uma gama de fatores devem ser considerados, já que o campo é complexo em si mesmo.

Na primeira parte, teceremos algumas considerações sobre linguagem e ideologia. Na segunda, enfocaremos a relação escola e livro didático como formadores de discursos ideológicos. Por último, refletiremos sobre a metodologia de ensino da Língua Portuguesa, pois é nesse processo que poderemos observar a implicância dos outros conceitos elencados nas partes anteriores.

³ Esse texto apresenta uma reflexão sobre o ensino de língua portuguesa, não considerando os números de pesquisas governamentais, uma vez que tais pesquisas parecem apontar para uma direção contrária à prática educacional vigente em nosso país.

2. Reflexões sobre linguagem, ideologia, escola, livro didático e metodologia

a. Linguagem e ideologia: instrumentos de poder

Para começar, ressaltamos que questões ideológicas e políticas estão presentes em um contexto no qual a educação, o ensino de língua, a cultura, a formação de professores e o conhecimento em geral ganham relevo para discussões. Ao destacarmos a linguagem, conseqüentemente, abordamos o papel que a palavra possui dentro do uso da linguagem, isto é, a palavra não é, simplesmente, jogada em um contexto textual, mas é empenhada e utilizada dentro de ideologias que fazem com que muitos de seus significados ganhem outros sentidos. Há de se destacar o estranho poder das palavras que está intimamente ligado ao poder do conhecimento; uma fonte de poder e informação. É por estes caminhos que Odenildo Sena (1999) vai conduzindo seu leitor para uma contextualização de ensino e linguagem que carregam como precursora de suas ações, as palavras. Sobre o assunto, Sena (1999, p. 08) destaca que “[...] é como se, aparentemente, as pessoas estivessem livres dessas marcas, mas, no íntimo, acumulassem toda essa tradição verbal, o que nos permite ver nas palavras uma enorme força conservadora a povoar nossa vida”.

Assim, as palavras e seu uso adquirem sentidos diferentes de sua própria significação, quando essas aparecem impressas em meios sociais e históricos que fazem delas um instrumento de poder. Por isso, diríamos que as palavras também são efeitos da história e da ideologia vigentes. E mais, “a palavra, portanto, é um fenômeno ideológico por excelência” (SENA, 1999, p. 23).

Conforme Fiorin (1995, p.29), a ideologia ganha aspectos de uma “falsa consciência”; instrumento para ocultar a essência. Desta maneira, a ideologia parte de fenômenos da realidade e, conseqüentemente, a ideologia se torna um instrumento de poder, pois parte de uma ordem/hierarquia social, ou seja:

Se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independente da consciência dos agentes sociais. É uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de um modo invertido. A inversão da realidade é ideologia. Por isso, é preciso muito cuidado ao usar a expressão “falsa consciência”. Ela indica apenas que as idéias dominantes são elaboradas a partir de formas fenomênicas da realidade, não apreendendo, portanto, as relações sociais mais profundas. Essas idéias são, por conseguinte, ideologia sobre ideologia. A representação pode ser invertida, porque a realidade se põe invertida.

A ideologia, como algo independente da consciência, ganha significação pela realidade e na realidade, já que a realidade é efeito da ideologia vigente. Ou seja, “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa” (FIORIN, 1995, p.31).

Podemos observar como a linguagem e ideologia são instrumentos de poder, e como uma está relacionada intrinsecamente com a outra. Pensar que a ideologia que se apresenta dentro de um aspecto social é a da classe dominante, faz com que pensemos no atrelamento entre linguagem e ideologia, e mais,

destacam-se, assim, as formas ideológicas e discursivas como fatores de permanência e confirmação da ideologia. Conforme Fiorin (1995, p. 32), a formação ideológica é “entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo [...] essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem”.

Já a formação discursiva é entendida como um “conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo [...] é com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói seus discursos, que ele reage lingüisticamente aos acontecimentos.” (ibidem). Fica evidente que a ideologia está presente nos acontecimentos humanos e, conseqüentemente, ela é marca dos discursos que são desencadeados dentro das escolas, do ensino e até da formação do professor, pois sobre tais ações, há efeitos de sentidos e de constituições de sentido que perpassam o senso comum, que, por sua vez, é transpassado por ideologias.

A escola é um lugar no qual os discursos dominantes são formadores de opiniões e até de como ensinar e o quê ensinar. Quase sempre, a realidade do aluno é colocada em contraposição ao discurso que se baseia na formação educativa, no entanto, há novos pensamentos para que a aproximação dos discursos seja feita de forma mais limpa e democrática. No entanto, mesmo assim, a busca por um senso crítico não parece tarefa fácil, já que o sistema em que se ensina é, intrinsecamente, produto de uma ideologia vigente. Em muitos casos, isso significa que a visão que o aluno possui do mundo, que parte do senso comum, é irrelevante para o ensino, ou mesmo desconsiderada do contexto que se privilegia. Mas o que seria o senso comum?

Conforme Luckesi (1994, p. 94), o senso comum se dá por várias circunstâncias para, espontaneamente entendermos a realidade e agirmos sobre ela.

Isso se multiplica por inúmeros elementos da vida social, formando um entendimento que as pessoas possuem da vida. Ou seja, essas compreensões constroem “uma visão de mundo”, fragmentária e, por vezes, até contraditória. A isso denominamos senso comum. São conceitos, significados e valores que adquirimos espontaneamente, pela convivência, no ambiente em que vivemos.

Isso nos faz pensar que o senso comum também é efeito da ideologia, e isso faz com que a realidade seja interpretada por diversos olhares; olhares que são interesses embutidos no senso comum, ou seja, interesses que carregam propostas ideológicas e tentam fazer destas uma visão predominante. São eles: “interesses de autoridade, econômicos, políticos, religiosos, do modelo social no qual vivemos etc., interesses que são externos ao desvendamento da realidade”. (LUCKESI, 1994, p. 95)

Portanto, na visão que temos do mundo, a presença do discurso é marcante. Poderíamos pensar qual é a relevância deste para o sistema de ensino o qual estamos hoje submetidos, e logo teríamos que a resposta é a mais óbvia possível: a escola e o livro didático são formadores de discursos ideológicos e é sobre esse lugar e sobre o instrumento que discutiremos a seguir.

b. Escola e livro didático: formadores de discursos ideológicos

Iniciemos essa seção com a contribuição de Fiorin (1995, p. 35):

o discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

E um dos lugares em que o homem aprende e reproduz discursos é, justamente, a escola. Conforme Sena (1999, p. 29), a escola é uma instituição (por aparência) que “contribui para que mais facilmente a estrutura das relações de classe seja mantida, na medida em que dissimula o cumprimento dessa função”.

Em nossas experiências dentro da escola, percebemos que há a predominância do discurso pedagógico, isto é, um dizer institucionalizado, “que abarca para si todos os mecanismos ideológicos da instituição escola”, e a forma de se materializar esse discurso é conhecido por nós como livro didático. “O livro didático, portanto, deixando de ser instrumento e passando a ser objeto, encarna e representa a própria ideologia dominante, enquanto mascara a compreensão histórica do processo real”. (SENA, 1999, p. 44) Dessa maneira, o livro se apresenta também como um instrumento de poder e de permanência da ideologia dominante, pois, muitos professores se baseiam nele para planejarem suas aulas e a forma com que ensinarão a língua.

A língua é, com certeza, a maior fonte de ideologias e a melhor forma de expressá-las. No entanto, o ensino que se privilegia na escola ainda está sobre o âmbito da gramática e, assim, faz com que limite os alunos e crie pré-conceitos sobre o falar e o escrever mais adequado, desconsiderando o que o aluno possui sobre o conhecimento do mundo. Mas, conforme Sena (1999, p.60-61) marca na citação abaixo, ideologia e ensino de língua estão intimamente conectados, porém, há uma maneira de dar espaço ao aluno para que sua “cultura” seja considerada quando este estiver diante da forma que na escola se ensina língua.

Inicialmente, para que isso aconteça é necessário que ao professor de Língua Portuguesa fique claro que o aluno, seja do primeiro, segundo ou terceiro grau, ao chegar à escola ou à universidade, já traz consigo todo um domínio das estruturas básica da sua língua, o que lhe permite, bem ou mal, resolver todos os pequenos e grandes problemas ligados ao seu mundo ou a sua realidade.

Em suma, parece-nos que o ensino de língua, o discurso pedagógico e o livro didático estão relacionados à ideologia. O ensino de língua tramita em meio a variadas teorias e documentos, tais como: os PCNS, os PCNs + (Parâmetros Curriculares Nacionais) etc. O discurso pedagógico continua sendo o

dominante na escola.

É importante ressaltar que esse discurso é a chave para que a ideologia se faça presente dentro de um contexto em que fatos históricos e sociais são relevantes para a instituição de ideologias nem *melhores* nem *piores*, mas dominantes. O livro didático continua sendo o modelo de aulas de língua portuguesa.

Diante disso, acreditamos que o papel do professor deve ser o de levar ao aluno a possibilidade de visualizar e criticar aquilo que lhe é apresentado, de forma consistente e relevante para sua constituição enquanto indivíduo social.

Mas como fazer isso? E qual seria a maneira mais plausível, entre várias outras, que o professor poderia escolher como norteadora de seu papel como educador? Acreditamos que, com uma boa metodologia, o professor pode, sim, alcançar seus objetivos e refletir sobre seu trabalho. Buscando responder parte da questão colocada no início desse artigo, começaremos por analisar, então, a metodologia, assunto que Sena (1999) toma como ponto de partida em suas reflexões teóricas.

c. Metodologia de ensino da Língua Portuguesa

Segundo Sena (1999, p. 81), a metodologia de ensino de língua portuguesa deve ser pensada dentro de pressupostos de ordem histórica, social e política. Além disso, o autor alerta que

Uma metodologia do ensino de língua não pode ser vista como uma questão puramente mecânica que busque tão apenas estabelecer recursos visando a uma melhor apreensão dos tópicos gramaticais, geralmente propostos como conteúdo programático das aulas de língua portuguesa.

Sabemos que a norma culta é a que prevalece no ensino de língua materna das escolas brasileiras, afinal, ela reflete quem detém o poder. No entanto, como ensinar as variações linguísticas em detrimento da norma culta? Falar em detrimento da norma culta seria irrelevante, pois ainda estamos inseridos em um sistema de escrita e de situações orais formais que recrutam tais leis gramaticais, pois elas estão marcadas histórica e ideologicamente em nossa sociedade.

Sena lembra Bechara (apud Sena, 1999) que explica o fato de o estudante ter de dominar várias variantes. Segundo Bechara (1999, p. 84), “o aluno precisa ser poliglota dentro da sua própria língua, dominando, além da variante do seu grupo social, a variante considerada culta”. Porém, conforme Sena, esta solução proposta por Bechara parece não resolver o problema em si, pois a estrutura de ensino que rejeita o dialeto do aluno ainda iria dominar. Por outro lado, Sena vê a escola como um espaço que deve abranger o cultural, e desta maneira, ele propõe o biadialealismo para a transformação, em que a norma culta entraria como parte da cultura, além das outras variantes. Essa proposta de Sena (1999, p.87) é vista como “instrumento político de fundamental importância na luta contra as desigualdades sociais que imperam em nossa sociedade e que estão muito bem protegidas, através da escola, pela valorização absoluta da norma culta em detrimento do dialeto popular”.

Para Suassuna (2006, p.16), “um ensino de caráter normativo, estático, voltado para as particularidades desimportantes não tem significado para os alunos”, e isto, mais uma vez, parece ser visto como um problema metodológico de ensino. Dentro dessa perspectiva, a autora destaca Neves (apud Suassuna, 2006, p.28) que aponta problemas no ensino de língua portuguesa: “a forma como a gramática é trabalhada na escola e a separação da prática pedagógica da linguagem em três grandes blocos – redação, leitura e interpretação, gramática”.

Dentro desta perspectiva, Suassuna (2006, p.32-33) aponta alternativas metodológicas que poderiam auxiliar o professor no ensino de língua materna, além de levar ao aluno um conhecimento variacional da língua: conceber a linguagem como forma de interação entre as pessoas; colocar o estudo formal da linguagem a serviço do dizer; ensino estar pautado no princípio da variação lingüística.

Tais propostas nos levam a pensar na dinamicidade da língua e como a linguagem tomada como prática simbólica sócio-histórica, ou seja, como forma de ação entre os indivíduos, se coloca para aqueles como condição mesmo de constituição. Portanto, uma prática metodológica deve considerar que, ao trabalhar com a linguagem, principalmente a materna, o aluno/criança/jovem já é caracterizado por um efeito de constituição da linguagem que o posiciona como sujeito em uma sociedade. Sendo assim, a linguagem produz sentidos entre os indivíduos socialmente constituídos, e, completando, o ensino de língua portuguesa há de considerar os sentidos.

Conforme Suassuna (2006, p.40-41), novos elementos passaram a constituir o conteúdo da aula de português: “as condições de produção do enunciado, a intenção comunicativa, o papel social dos interlocutores, os efeitos de sentidos perseguidos e conseguidos... etc”. Isto por que (idem) “é pela compreensão do processo de interação lingüística e seus elementos que se define e se aprende o conteúdo gramatical. Trata-se, portanto, de tomar a produção da linguagem como objeto de reflexão”.

A discussão posta acima é relevante quando pensamos em ensino e forma de ensino, pois, após uma pesquisa feita por Suassuna (2006, p.19) a partir do olhar que o aluno lança para a aula de português, a autora pode constatar que o ensino de nossa língua precisa ser transformado de acordo com a dinâmica social, pois ela acredita que “que a representação dos alunos aponta para incorporação, pela escola, das múltiplas linguagens que povoam a vida social em geral”. (idem) Contudo, em metodologias e práticas pedagógicas, o aluno parece ficar sempre em segundo plano.

Devemos atentar para o fato de que o público para quem se “ensina” português é o ponto de partida para quem almeja trabalhar com uma metodologia que corresponda à realidade dos alunos, pois é válido ressaltar que estamos lidando com indivíduos que são feitos e constituídos por linguagem, isto é, sujeitos de linguagem. Portanto, o ensino da leitura e da escrita deveria ser a primeira preocupação dos professores. Suassuna (2006, p.45) ressalta que

[...] se vemos a escola como espaço privilegiado de produção e socialização do conhecimento, temos que admitir que uma de suas funções essenciais é exatamente o ensino da leitura e da escrita. Mas não postulamos aqui o domínio mecânico dessas habilidades, e sim, a conquista pelo aluno, de novas formas de conhecimento.

No âmbito escolar, a discussão sobre ensino da língua portuguesa e o contexto sócio-cultural do aluno são relevantes para a reflexão de futuros professores em processo de formação, pois, o que se vê em grande parte das escolas, referente ao ensino da língua materna, é todo o conteúdo voltado para a gramática tradicional. O ensino de gramática normativa no Brasil, embora haja teóricos que buscam novas reflexões e alternativas para o assunto, ainda é caracterizado pelo tradicional. Bezerra (2002, p. 37) destaca:

Tradicionalmente, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil se volta para a exploração da gramática normativa, em sua perspectiva prescritiva (quando se impõe um conjunto de regras a ser seguido, do tipo concordância verbal e nominal) e também analítica (quando se identifica as partes que compõem um todo, com suas respectivas funções, do tipo funções sintáticas dos termos da oração, elementos mórficos da palavra).

Lembramos que elementos internos e externos foram delineadores para que essa tradição prevalecesse até os dias atuais, uma vez que, citando como um dos possíveis exemplos, falar e escrever corretamente, em tempos passados, era considerado *status* social para a burguesia brasileira que mantinha o poder. Enfatizando o assunto do ensino tradicional da língua portuguesa no Brasil, muitas contribuições teóricas surgiram ao longo do último século para explicar a relação e efeitos entre o ensino/aprendizagem de língua. Bezerra (2002, p. 38) apresenta várias contribuições teóricas e renovações metodológicas com o intuito de argumentar sobre o ensino de língua portuguesa nos contextos teóricos-metodológicos:

Inúmeras são as teorias que, de formas variadas e em níveis diversificados, influenciam a metodologia de ensino de Língua Portuguesa. No entanto, nas duas últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI, algumas têm-se destacado: a teoria sócio-interacionista Vygotskiana de aprendizagem, as de letramento e as de texto/discurso, que possibilitam considerar aspectos cognitivos, sócio-políticos, enunciativos e lingüísticos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de uma língua.

Inúmeras formas de metodologia de língua portuguesa surgiram ao longo dos anos, no entanto, para Geraldi (1984, p. 42-43), antes mesmo de se discutir sobre metodologia de ensino, é necessário entender a concepção de linguagem que se trabalha na escola:

Fundamentalmente, três concepções podem ser apontadas: a) a linguagem é a expressão do pensamento: esta concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebemos a linguagem como tal, somos levados a afirmações – correntes – de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam; b) a linguagem é um instrumento de comunicação: esta concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor um certa mensagem. Em livro didáticos, esta é a concepção confessada nas instruções ao professor, nas instruções ao professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais; c) a linguagem é uma forma de interação: mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor e um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existem antes da fala.

A discussão sobre tais concepções de linguagem é pertinente, pois possibilita ao professor pensar na forma que irá trabalhar com a gramática, já que ela tem de ser considerada como secundária à linguagem,

isto é, como parte da língua e não a língua. Pensando desse modo, diante de uma variação linguística, o professor poderá ensinar indo ao encontro das perspectivas do aluno e não desvirtuando de sua realidade linguística. Conforme Camacho (1995, p.5),

No âmbito do ensino de língua, um aspecto relevante a considerar é a compreensão da situação linguística real da criança, no início do processo de alfabetização. Uma das causas da ineficiência da pedagogia da língua é atribuir total privilégio à modalidade escrita padrão e, paralelamente, negligenciar o contraponto oral.

Dessa maneira, temos objetos de reflexões que antecedem uma metodologia de ensino, isto é, a variação linguística e a concepção de linguagem. Tais aspectos são primordiais para que uma metodologia venha a integrar o aluno em um ensino mais abrangente e crítico e menos delimitador e angustiante. No entanto, embora na metade do século XX houvesse novos procedimentos sobre o ensino do português no Brasil, Bezerra (2002, p.42) chama a atenção para alguns pontos em aberto:

Se os professores mudaram e não responderam às exigências dessa prática de ensino gramatical, surgem livros didáticos (com textos, lições de gramáticas e exercícios) para suprirem as lacunas de conhecimento desses professores. Agora, sobretudo a partir da década de 70 do século passado, não é mais dada a eles a responsabilidade de prepararem suas aulas e exercícios, como antigamente; isto compete ao autor do livro didático.

A citação parece negativa demais, porém, ainda existem bons livros didáticos que visam a uma nova perspectiva do ensino de português, no entanto, o uso do livro didático dentro da sala de aula, independente de quem o elabora, é feito pelo professor e é ele que saberá e como deverá utilizar o livro da melhor maneira possível.

3. Considerações finais

Diante do exposto, visando obter uma pequena parcela da resposta para a pergunta proposta no início do texto, acreditamos que novas metodologias e concepções de linguagem irão surgir nesse longo caminho do ensino do português, porém, o que deveremos ter como ponto principal para que tal caminho seja aproveitado da melhor forma possível, é refletir sobre a formação dos futuros professores e como esses, diante da prática do dia a dia poderão utilizar ou aproximar a teoria de uma maneira que o ensino de português não se restrinja somente à gramática normativa e, sim, a um leque de oportunidades para os alunos “interagirem” com a própria linguagem.

Dizemos ainda que, como o assunto se torna de uma complexidade ímpar, não é nosso interesse expor uma resposta definitiva, no entanto, na tentativa de obtê-la, delineamos e apontamos questões e caminhos que podem servir como reflexões sobre o ensino de língua portuguesa e a relação professor-aluno.

Porém, ainda mais distante dessa conjuntura, temos a disciplina Prática de Ensino de Língua Portuguesa ou Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa do Curso de Letras é um caminho para levantar questões e sugestões para problemas que cercam a educação, visando entrelaçar discursos que são projetados e constituídos pela escola, pelo livro didático, pelo professor, pela metodologia de ensino adotada e pelo próprio aluno. Tais discursos não se dão separadamente ou fragmentados. Eles estão presentes na prática de ensino na escola; e mais, dão sentidos à própria prática.

Enfim, acreditamos que o ensino de português no Brasil, ainda que, de maneira utópica, poderia sim, ganhar novos e melhores horizontes, se linguagem-formação de professores-metodologia andassem de mãos dadas, caminhando sempre em função da real e “obscura” prática do cotidiano escolar.

4. Referências

ALMEIDA, M. J. de. Ensinar Português? In: GERALDI, J.W. (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. 7 ed. Cáscavel – PR: ASSOESTE, 1991, p. 09-15.

BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. e BEZERRA, M.A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.37-46

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 26 – 36.
] CAMACHO, R. G. O sistema escolar e o ensino de língua portuguesa. **Alfa**. São Paulo, n.29, p. 1-7, 1985.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo Cortez, 1994, p. 93 – 107.

SENA, O. O estranho poder das palavras. In: _____. **Palavra, poder e ensino de língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999, p. 5 – 27.

_____. Ideologia e discurso pedagógico. In: _____. **Palavra, poder e ensino de língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999, p. 29 – 39.

_____. Ideologia e ensino de língua. In: _____. **Palavra, poder e ensino de língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999, p. 55 – 69.

_____. O ensino da língua: uma questão instrucional ou política?. In: _____. **Palavra, poder e ensino da língua**. Manaus: Editora da Universidade de Manaus, 1999, p.81-95.

SUASSUNA, L. Aula e professor de português: uma reflexão a partir do imaginário dos alunos; Didática da língua portuguesa: a questão do método, do objeto e do objetivo; Ensino de língua portuguesa: problemas e perspectivas metodológicas. In: _____. **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. Recife: Editora universitária da UFPE, 2006, p. 15-49.